



Fórum Brasil
de Comunicação
Pública
2014



Câmara dos Deputados | Secretaria de Comunicação Social

Carta de Brasília 2014

Renovando compromissos com o fortalecimento do campo público de comunicação

Nós, trabalhadores e trabalhadoras e representantes de emissoras do campo público de comunicação (rádios e TVs comunitárias, educativas, públicas, universitárias, legislativas), gestores, movimentos sociais, ativistas, militantes, acadêmicos, realizadores audiovisuais, parlamentares, cidadãos e cidadãs reunidos no Fórum Brasil de Comunicação Pública 2014, vimos por meio desta Carta reafirmar os compromissos assumidos há sete anos na Carta de Brasília e apresentar novos desafios para o setor.

A intenção deste Fórum é reunir não mais por plataformas, mas por interesses comuns, o campo público de comunicação, formado por emissoras e produtoras que compartilham ideais de uma comunicação democrática, autônoma, plural, participativa, inovadora e comprometida com a sociedade e seus interesses. Depois de importantes encontros setoriais, como os dois Fóruns Nacionais de TVs e o Fórum Nacional de Rádios Públicas, hoje nos unimos para fortalecer as lutas e avançar nos desafios que ainda limitam a plena atuação do campo público no Brasil.

Compreendemos que o fortalecimento da Comunicação Pública passa inexoravelmente pela importância do Estado brasileiro, em todos os seus poderes, assumir o relevante papel que este campo cumpre para a construção da cidadania, da democracia e para a consolidação de um projeto nacional de desenvolvimento soberano, com protagonismo e participação social no Brasil.

A consolidação de um Sistema Público de Comunicação forte e diverso é um dos pilares da democratização da comunicação no Brasil, que depende principalmente de um novo marco legal para o setor que, entre outros aspectos, regule o Art. 223 da Constituição Federal no que diz respeito à garantia da complementariedade dos sistemas público, privado e estatal, em conformidade com a proposta aprovada na 1ª Conferência Nacional de Comunicação de uma distribuição equitativa do espectro. Só assim será possível, de fato, impulsionar a diversidade e a pluralidade existente no ecossistema midiático brasileiro, ainda carente de uma expressão não comercial.

É fundamental ressaltar que, em grande parte, as resoluções aprovadas na 1ª Confecom ainda não foram transformadas em políticas públicas, e que isso representa um atraso para o campo. É urgente uma política de comunicação que descriminalize a radiodifusão comunitária, amplie recursos para o fomento da comunicação pública e garanta a universalização do acesso a estes conteúdos pela população, dentre outras pautas ligadas à luta pelo reconhecimento da comunicação como um direito humano.

Neste sentido, num momento em que a sociedade reivindica instrumentos para fortalecer os mecanismos de democracia participativa no Brasil, este Fórum de Comunicação Pública recomenda que o novo Ministro das Comunicações estabeleça canais efetivos de diálogo com as organizações da sociedade no debate sobre as políticas de comunicação do país.



Fórum Brasil
de Comunicação
Pública
2014



Câmara dos Deputados | Secretaria de Comunicação Social

Consideramos ainda que a luta para promover um cenário mais plural na mídia brasileira exige aprofundarmos a unidade dos movimentos sociais e entidades que compõem o campo público de comunicação, para defender os princípios que devem reger a Comunicação Pública e os instrumentos para garantir a sua realização.

Dentre os quais destacamos:

- Garantir a autonomia política, editorial e a laicidade de todas as emissoras do campo público.
- Garantir que o processo de liberação e regulamentação da Contribuição para o Fomento da Comunicação Pública seja transparente e participativo, para que seus recursos sejam distribuídos a partir de critérios definidos pelo conjunto de emissoras, de acordo com as necessidades de cada segmento que compõe o campo público e de forma que este recurso seja acrescido ao já destinado originalmente a cada rádio ou TV.
- Exigir que o Estado brasileiro cumpra o seu papel de garantir a liberdade de expressão, destinando recursos para fomentar a comunicação pública, educativa e comunitária, inclusive destinando parte das verbas publicitárias do governo federal para o campo público de comunicação.
- Garantir que todas as emissoras do campo público sejam geridas por conselhos com participação da sociedade civil e dos seus trabalhadores e trabalhadoras, eleitos de maneira democrática e transparente, e que contem com instrumentos de consulta e participação periódicos, como audiências e consultas públicas, resguardadas as características de cada segmento.
- Garantir imediatamente a presença das emissoras do campo público em sinal aberto em todo o país e, também, a reserva de espectro na migração para o sistema digital, priorizando a visibilidade das emissoras do campo público.
- Garantir a implementação de um Operador de Rede Público Único e Gratuito para viabilizar a distribuição dos sinais de emissoras que compõem o campo, assegurando a oferta de conteúdos nas plataformas convergentes.
- Garantir a diversidade étnica, racial, geracional, religiosa, regional, de gênero e de orientação sexual da sociedade brasileira e a produção independente na programação das emissoras públicas.
- Garantir canais permanentes e inovadores de diálogo e espaços de veiculação especialmente dedicados à comunicação e cultura colaborativas e ao jornalismo participativo, ampliando os mecanismos diretos de participação social nas mídias públicas e garantindo a presença de produções e conteúdos de interesse público realizadas por indivíduos, grupos, redes e organizações da sociedade civil.
- Garantir a integração das plataformas convergentes, a multiprogramação, a otimização do espectro, a mobilidade e a interatividade em todas as emissoras do campo público de comunicação.



Fórum Brasil
de Comunicação
Pública
2014



Câmara dos Deputados | Secretaria de Comunicação Social

- Garantir que o padrão de rádio digital brasileiro seja aberto e democrático e que promova a tecnologia nacional.
- Garantir a imediata anistia a todos os envolvidos nos processos criminais por transmissão não autorizada de sinais de radiodifusão e tratamento isonômico para os radiodifusores comunitários nos processos de outorga.
- Valorizar os recursos humanos das emissoras do campo público de comunicação e respeitar o direito dos trabalhadores e trabalhadoras, considerando as diferentes realidades existentes no campo.

Fórum Brasil de Comunicação Pública 2014
Brasília, 14 de novembro de 2014.